

# Mídia, consumo e violência

Vitor Lório

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.  
Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.  
Bertolt Brecht

Traficante invade a maior favela da América Latina; guerra na Zona Sul carioca. Rebelião em presídio leva detentos a decapitar companheiros de cela. Bandidos fecham a Linha Vermelha e provocam tiroteio. Episódios de violência criminal diariamente são destaques no jornalismo brasileiro e se desdobram em imagens, opiniões, pesquisas e estatísticas. Além de responderem pela elevação automática dos índices de audiência, promovendo espetáculos dramáticos de alto retorno comercial, a exposição midiática destes crimes ainda serve para legitimar a existência dos aparelhos repressivos do Estado, que imediatamente se apresentam para anunciar o reaparelhamento da polícia, a alocação de novos recursos no setor de segurança pública e a configuração de uma imagem nova da força policial.

Na bolsa de notícias da mídia, alguns fatos sempre rendem manchetes de primeira página, como a imagem de policiais fortemente armados na entrada de uma favela, tendo ao fundo um pai com seu filho no colo, ou a foto de um corpo estendido no chão deixando ver a mancha de sangue que escorre sob o plástico preto. Dado o critério de noticiabilidade adotado pelos veículos de comunicação, que destaque mereceria a dor de milhares de brasileiros endividados e submetidos à cobrança de juros extorsivos? Ou a irritação de um consumidor diante de um serviço de atendimento ao cliente que não consegue resolver seu problema?

Difíceis de serem representados em imagens dramáticas, os sofrimentos cotidianos dos brasileiros raramente ganham espaço privilegiado na mídia. Na maioria das vezes são sofrimentos solitários (embora comuns a milhares de pessoas), envergonhados (denotam inferioridade, exclusão social, desequilíbrio de forças), e silenciosos (porque expressos no interior dos lares). Tão invisível quanto a dor destes brasileiros é a origem de seus males. As perversões resultantes da adoção de um modelo econômico capitalista incluem de um lado a cumplicidade velada da mídia (braço “tecnoburocrático” do Estado, agente publicizante de seus interesses e instrumento de formação de consenso) e, de

outro, a estratégia de oferecer como progresso e desenvolvimento aquilo que mantém e reproduz a dependência do capital.

Na mídia, o capitalismo recebe tratamento quase publicitário. Seus efeitos “eventualmente” danosos para a sociedade brasileira são colocados na conta de reflexos da instabilidade internacional. Os dramas que causam, como desemprego, miséria e exclusão, por exemplo, são abordados na forma de estatísticas, dados comparativos – enfim, números impessoais que neutralizam um possível questionamento sobre o sistema capitalista. Ou então, são personalizados na narrativa de um caso emblemático. Tal estratégia, tradicionalmente adotada na dramaturgia, tem efeito catártico junto às platéias: promove a identificação com o drama alheio como uma “espécie de condescendência piedosa pelos mais fracos” (Sodré, 1992: 13) – uma energia que se dissipa logo após liberada, não deixando fôlego para reação.

Inútil cobrar da mídia papel diferente. Por força de sua própria estrutura de sustentação, os veículos de comunicação de massa mantêm-se afinados aos interesses do Estado e do mercado. Fundada na lógica capitalista do consenso e do consumo, a mídia tornou-se uma das mais fortes aliadas do Estado empresarial e administrador na “gestão racional e eficaz da vida social”.

Não cabe, portanto, à mídia desnudar as formas de violência econômica sofridas pela população brasileira. No entanto, é inegável que o tratamento para este mal do capitalismo, que causa a asfixia do cidadão e forja um delírio coletivo de progresso, passa necessariamente pela informação. Até porque a sociedade sequer visualiza tais sofrimentos como violência: a mídia se encarrega de divulgar somente a versão glamourosa do progresso e a face criminal, sanguinária da violência.

Estudar a violência econômica sob o foco desta vertente da Comunicação Social é observar sua face menos visível e talvez, por isso mesmo, mais cruel. É assumir uma abordagem original e abrir uma discussão, para além da mídia, sobre abuso econômico, desinformação e impotência. A idéia aqui é tornar visível esta relação, possibilitando aos cidadãos combater a violência econômica da mesma forma como combatem e exigem providências contra os tipos de violência mais espetaculares explorados pela mídia.

A violência econômica é uma violência invisível praticada pelo Estado, pelas empresas financeiras ou por qualquer instituição que negue ao cidadão os seus direitos econômicos, ou seja, a sua subsistência, o seu nível mínimo de vida, os seus ganhos legítimos. Isto se dá quando há monopólio, exploração, escravização, comercialização desonesta, superfaturamento,

sobretaxação, especulação, extorsão, suborno, desvio de dinheiro público etc. Enfim, qualquer forma de desigualdade de acesso aos recursos econômicos que devem ser compartilhados, como o direito de propriedade, o direito à educação, à saúde e ao trabalho.

Observa-se a violência econômica justamente em situações que não costumam atrair a atenção da mídia, pois nestes casos a vítima não tem um algoz palpável: seu sofrimento é causado por uma entidade virtual: o “sistema”. O sistema econômico, o sistema operacional de um banco de dados, o sistema administrativo, o sistema gerenciador dos serviços de informática; sistemas de toda ordem, responsáveis pelos “crimes transparentes e silenciosos”. Transparentes porque não são sequer visualizados como crimes; e silenciosos porque não são veiculados na mídia e porque impõem à vítima um sentimento de impotência: ou não se tem como registrar queixa ou o órgão responsável por ouvir as queixas se mostra invariavelmente surdo. Transparentes e silenciosos, estes atos de violência econômica produzem uma infinidade de casos sem solução.

Resultam sem solução porque o discurso midiático, responsável pela difusão de um consenso sobre o que é violência, não reconhece a violência econômica como violência, desprezando-a como não-notícia. A “violência-não-notícia” é, portanto, uma não-violência: em nada coincide com a descrição da mídia. Desse modo, a sociedade midiática desconhece a violência econômica; partilha de uma desinformação coletiva e constitui-se, assim, presa fácil e indefesa para os autores deste tipo de crime. Diante de um abuso econômico que não é apresentado como violência e sim como uma “limitação do sistema”, uma “política da empresa”, uma decorrência natural das estratégias macro-capitalistas que não têm como se ocupar das exceções ou de casos pessoais, as vítimas sucumbem impotentes. Tal impotência pode ser medida pela presença de dois indicadores: 1) a vítima não teve seu caso resolvido a contento (saiu sentindo-se lesada das negociações com a instituição diretamente envolvida no caso) e 2) não registrou queixa em órgão de defesa dos direitos do cidadão (como delegacias, tribunais de pequenas causas, Procom) nem escreveu para a seção de defesa do consumidor de veículo de comunicação. Tais reações podem ser entendidas a partir de dois horizontes: a tradição brasileira de resolução dos problemas pela via do não-conflito e o desconhecimento, por parte dos brasileiros, de seus direitos como cidadãos.

Ao ouvir um tiroteio, ver uma arma de fogo ou ser abordado por um grupo num local ermo, sente-se de perto a ameaça da violência. Nos noticiários, as imagens definem as faces e as cores da violência, apresentam seus arsenais

de intimidação e delimitam o território do perigo. Ensinam as malícias e os golpes do inimigo; sugerem formas de proteção; treinam os sentidos a suspeitar. O discurso da violência está em todas as bocas, pauta as conversas, ronda as preocupações. A retórica da segurança elege candidatos, promove iniciativas policiais, justifica investimentos de emergência, inspira pensamentos de militarização, desejos de repressão e atitudes de autodefesa. Incita a indignação, grita e faz gritar: exige providências dos órgãos competentes.

Apesar dos riscos impostos à sociedade, esta violência que ocupa lugar de destaque no jornalismo é menos cruel que a violência econômica – por ser uma manifestação física, espacialmente localizada e enquadrada criminalmente, a violência midiática tem a vantagem de ser visível. Como já foi dito, a violência econômica se manifesta silenciosa e privadamente; não quer o alarde da mídia, muito menos ser o assunto da semana. Nem a mídia se prestaria a expor o lado nada glamouroso do capitalismo! Em sua existência fantasmática, a violência econômica avilta os direitos econômicos de incontáveis cidadãos sem se fazer notar: os sofrimentos que causa são debitados na conta de mal-entendidos entre cliente e empresa, e dificilmente são registrados como crimes. Valendo-se desta invisibilidade, este tipo de violência consolida a ganância capitalista e mantém as vítimas acomodadas, mesmo diante de um prejuízo.

A asfixia do cidadão resulta não só em prejuízo como também na condenação a uma mordaca velada e à total impotência – uma combinação de violências que acaba reforçando a imagem conveniente (para o capitalismo) do brasileiro como um ser dócil, disposto a resolver tudo na base do não-conflito. Por dócil, leia-se acomodado, ignorante de seus direitos, dominado.

VITOR IÓRIO é doutor em Comunicação, professor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e pesquisador do LabGeCCO (Laboratório de Gestão em Comunicação e Cultura das Organizações) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## NOTA

1 Sodré, 1992, p. 13.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BOBBIO, N (1987). *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene (1987). *Brasil: violência & conciliação no dia-a-dia*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- DALLARI, D. A (1984). *O que são direitos das pessoas*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
- DENISOV, V. *Violência social*. Moscú: Editorial Progresso.
- GIL, Antônio Carlos (1999). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas.
- IÓRIO, Vitor (1999). Violência Invisível. In: *Lumina*, Revista da FACOM/UFJF, vol. 2, n. 1, Juiz de Fora: Editora UFJF, pp. 135-142.
- \_\_\_\_\_. (2002). Desaceleração, interlocução e territorialidade: uma nova trajetória para a Comunicação Social. Tese de doutorado, Escola de Comunicação, UFRJ.
- MAFESOLI, M. (1987). *A dinâmica da violência*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, Edições Vértice.
- ORLANDI, E. P. (1995). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- RUFINO, J. (1992). Os direitos humanos e seus limites. In: ECO, Publicação da Pós-graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, n. 3. Rio de Janeiro: Ed. Imago.
- SODRÉ, M. (1990). *A máquina de Narciso: televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. (1992). *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes.
- WEST, C (1994). *Questão de raça*. São Paulo: Companhia das Letras.